

DIPLOMACIA

Introdução

Ao longo dos tempos, o pensamento político e o pensamento jurídico sempre foram o reflexo das relações entre os homens, os povos, os Estados e as Nações. Foram-se operando constantemente transformações estruturais entre os modos de pensar e, conseqüentemente, na gestão e formulação dos princípios das relações internacionais.

Qual será, então, a herança deixada às relações internacionais pelo pensamento político da Idade Moderna?

Perante a evolução das relações internacionais podem mencionar-se as formas de explicar os problemas que têm que se enfrentar. É então relevante mencionar a natureza egoísta do Homem em oposição à sua natureza social; a guerra como estado natura do Homem em oposição a uma relação de paz e concórdia baseada na amizade e no respeito mútuo; a razão do Estado em oposição à razão de Direito; o equilíbrio entre Estados contra a Sociedade das Nações e, por fim, a subordinação e equilíbrio natural dos Estados em oposição à igualdade dos Estados como pessoas morais.

Muito importante, também, para o desenvolvimento das relações entre os Estados à escala mundial foi o papel desempenhado pelo Direito. Para facilitar o equilíbrio entre as Nações, os juristas tentaram guiar o pensamento ocidental pelas linhas herdadas da civilização greco-latina e cristã. Coube também aos juristas o apelo a regras fundadas na razão, de modo a garantir o respeito pela vida e pela liberdade dos outros. Outra preocupação do Direito era a proteção dos mais fracos relativamente aos mais fortes.

Todas estas formas de equilíbrio e desenvolvimento das relações internacionais foram marcadamente importantes, assim como os legados das épocas Renascentista e Barroca.

Relações e enviados diplomáticos - breve consideração

Com o fortalecimento das relações internacionais e a multiplicação dos Estados soberanos torna-se cada vez mais relevante a função dos embaixadores. Este fortalecimento crescente, conjugado com a proteção do Estado Nacional, levou a uma especialização crescente das relações diplomáticas tanto a nível institucional como funcional.

Ora, como todos os Estados possuem o direito de representação, legação ou embaixada, são os embaixadores os titulares destas instituições.

A diplomacia da Idade Moderna adotou um modelo da época Renascentista, em Itália, que manifestou a necessidade de nomeação de enviados residentes, devido às tensões existentes entre os principados italianos (modelo utilizado em Veneza desde o séc. XIII).

Os embaixadores recebem uma carta patente, com instruções para a sua missão (modo de ação, duração da sua estada, salário). As instruções recebidas podem ainda ser acompanhadas de funções especiais.

Contudo, uma embaixada pode possuir mais do que um embaixador e este faz-se acompanhar de um secretário que também participa nas negociações diplomáticas.

No séc. XVIII os secretários dos embaixadores eram escolhidos entre famílias nobres e, muitas vezes, viviam de sacrifícios, tendo que recorrer à sua própria riqueza para poderem desempenhar estes cargos.

Durante muito tempo o centro das negociações diplomáticas esteve sediado em Roma, deslocando-se daí apenas com a reforma protestante, que passou a abranger os países não cristãos nas relações diplomáticas.

Negociação diplomática

A negociação diplomática é um ato não público, estabelecido entre Estados, logo as negociações são, em regra, bilaterais.

Sempre que se apresentam em missões diplomáticas o embaixador e o restante pessoal diplomático devem fazer-se acompanhar de uma *carta de crença*. Esta é uma credencial que certifica o estatuto de um embaixador, de acordo com as regras

notariais do seu país e que comprova a sua natureza e funções.

Ao longo da Idade Moderna, o Estado que recebia os enviados diplomáticos tinha o poder de recusar as suas credenciais.

As instruções patentes na *carta de crença* eram muitas vezes preparadas pelo próprio enviado, que apresentava uma minuta para aprovação do chefe de estado do Secretário de Estado.

Durante as negociações podem ser suscitadas novas questões, que não constam nas instruções mencionadas. Consequentemente, as negociações podem ser mais demoradas, pois os enviados têm que fazer chegar aos seus superiores as novas questões, de forma a solicitar intrusões suplementares.

Outras vezes, as negociações diplomáticas podem assumir um carácter multilateral, reunindo os enviados diplomáticos em conferências e congressos. A primeira vez em que se reuniram todas as potências da Europa foi em Vestfália, constituindo este encontro o primeiro congresso diplomático europeu.

Os diplomatas costumam reunir-se em território neutro quando surgem dificuldades de atribuição de passaportes a representantes diplomáticos por parte de governantes hostis.

Alterações atuais

Após ter verificado, de forma breve, o importante papel dos embaixadores a nível de relações internacionais, é relevante mencionar algumas das estratégias adotadas no início do corrente ano (janeiro de 2003), de forma a melhorar qualitativamente as relações diplomáticas.

As medidas referidas concernem à introdução de uma diplomacia económica, que constitui um modelo generalizado à escala do mundo dito desenvolvido. Segundos ministros Martins da Cruz (Negócios Estrangeiros) e Carlos Tavares (Economia), estas medidas visam concentrar a ação da diplomacia económica no mercado europeu e promover o país a nível do comércio externo, do investimento e do turismo.

Este tema reuniu publicamente, no dia 6 de janeiro, o Primeiro-ministro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Ministro da Economia, para anunciar que os

diplomatas passariam a trabalhar em conjunto com os quadros da vertente económica. Assim sendo, caberia aos diplomatas a realização de planos anuais de negócios relativos ao comércio externo, às exportações e ao turismo.

O modelo de diplomacia económica tem duas fases de concretização. A primeira ficou definida como a integração dos delegados do ICEP-Portugal na estrutura de apoio das embaixadas, como Conselheiros Económicos e Comerciais, sendo esta função dependente funcionalmente do Embaixador. A atividade comercial corrente será assegurada pelo ICEP-Portugal, que tem como função a gestão da rede externa de delegados, em concomitância com a co-localização física integral dos delegados de ICEP com missões diplomáticas (Embaixadas e Consulados). A segunda fase de implantação deste Modelo implica a integração plena dos Conselheiros Económicos e Comerciais na estrutura das missões diplomáticas. Neste ponto, o ICEP-Portugal será retentor das funções de dinamização do comércio externo.

A nível internacional estas medidas são relativamente importantes nas relações diplomáticas estabelecidas. Sendo os embaixadores representantes do país à escala mundial, é fundamental o seu enquadramento nos quadros de vertente económica.

Conclusão

Esta breve reflexão leva à conclusão que a proximidade existente hoje em dia entre os países a nível internacional resulta, em parte, da forma como as relações diplomáticas se tem vindo a desenvolver, sobretudo nas negociações de guerra e paz.

O reforço das funções dos enviados diplomáticos e a maior abertura das fronteiras facilitam o estabelecimento de relações à escala mundial e, conseqüentemente, favorecem as negociações de paz entre as potências mundiais. Esta situação é fortemente favorável ao processo de globalização, que é cada vez mais evidente.

Tal como todos os fenómenos, a globalização comporta conseqüências a nível estrutural da sociedade, a nível económico e estatal, implicando uma certa homogeneização da sociedade global. É de esperar que seja função dos enviados

diplomáticos fortalecer as relações multilaterais, mas mantendo sempre os valores nacionais.

Fonte:

Alice Dias

CIARI – Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais www.ciari.org

(Adaptado)

Referências:

1. Kissinger, Henry (1996), 'Diplomacia', Gradiva
2. Brillard, Philip, ' Teorias das Relações Internacionais, Fundação Calouste Gulbenkian